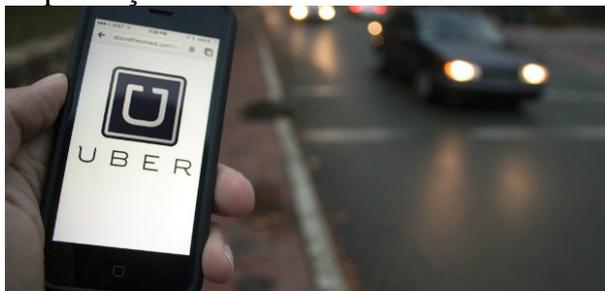




Reino Unido reconhece vínculo de emprego entre motorista e Uber

Por entender que o Tribunal do Trabalho tem competência para decidir sobre o tema, a Suprema Corte do Reino Unido definiu que motoristas da Uber são funcionários do aplicativo, e não trabalhadores autônomos. Por isso, têm direito a salário mínimo, aposentadoria e férias remuneradas.

Reprodução



Uber recorreu de decisão proferida em 2016 a favor de um grupo de motoristas

Reprodução

Nesta sexta-feira (19/2), a corte negou, por unanimidade, recurso da Uber contra decisão da Justiça trabalhista de Londres que, em 2016, havia reconhecido o vínculo de emprego de um grupo de cerca de 20 motoristas.

O argumento da empresa era de que os trabalhadores executam os serviços por meio de contratos feitos com os passageiros e que a Uber atua apenas como "agente de reservas".

O juiz George Leggatt, relator do caso, considerou que o tribunal trabalhista tinha o direito de decidir a questão. Ele ainda criticou os contratos apresentados pela Uber aos motoristas, por entender que eles podem impedir o trabalhador de reivindicar seus direitos. Lord Leggatt não se mostrou convencido de que esses acordos seguem as normas de transporte londrinas.

A Uber [afirmou](#) à imprensa britânica que a decisão se aplica apenas aos trabalhadores envolvidos no caso de 2016, e não aos demais motoristas do aplicativo. "Estamos empenhados em fazer mais e agora vamos consultar todos os motoristas ativos no Reino Unido para entender as mudanças que eles querem ver", disse Jamie Heywood, gerente da empresa no norte e leste da Europa.

Clique [aqui](#) para ler o voto do relator

Date Created

19/02/2021